# A maior personagem do barroco português: o herói da *Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, de Frei Luís de Sousa

**João R. Figueiredo**
*Universidade de Lisboa*

**Resumo:** A amplitude estilística do barroco literário português abarca quer a pirotecnia verbal do Padre António Vieira quer a prosa despojada de Frei Luís de Sousa. Além de recensear o modo como a crítica foi acomodando uma tal heterogeneidade, este ensaio descreve a austeridade estilística de Frei Luís de Sousa na sua adequação às personagens biografadas (nomeadamente o Arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires) e às doutrinas políticas que emergiram na historiografia portuguesa da época filipina.

**Palavras-chave:** Fr. Luís de Sousa, *Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*, estilo simples, Frei Amador Arrais, historiografia da época filipina.

Em Portugal, o século XVII literário foi dominado pela figura tutelar do Padre António Vieira. Cosmopolita entre os cosmopolitas, a sua obra imensa—história, epistolografia, exegese profética, textos de carácter político e, acima de tudo, a incomparável parenética—faz par com a sua agilidade de cortesão, com a convicção dos seus ideais políticos, enfim, com a destreza intelectual de tudo o que escreveu. A fecundidade de Vieira raramente pôs em xeque a exuberância barroca da sua prosa, e o virtuosismo da sua obra não deixa ainda hoje de colocar na sombra outros prosadores do período barroco.

Uma circunstância que favorece a identificação de Vieira com o barroco é o facto de a sua longa vida, compreendida entre 1608 e 1697, ser quase

*ellipsis* 12 (2014): 45-64 | © 2014 by the American Portuguese Studies Association

coincidente com o século em que aquele estilo se impôs na Europa. Para todos os efeitos e, por agora, no que toca à literatura portuguesa, o século XVII foi o século de Vieira. Nas franjas de seiscentos, todavia, outros prosadores de génio comparável produziram alguma da melhor prosa escrita em português: é o caso de Frei Luís de Sousa.

A produção literária de Manuel de Sousa Coutinho, nascido em pleno século XVI, floresceu nas últimas décadas da sua vida, já no século XVII, depois de vestir o hábito dominicano e de ingressar no Convento de S. Domingos de Benfica com o nome de Frei Luís de Sousa. Na sua *História da Literatura Portuguesa*, Teófilo Braga é um dos poucos detractores do frade dominicano. O preconceito de Teófilo é evidente, levando-o a invocar a biografia de Frei Luís de Sousa elaborada por D. Francisco Alexandre Lobo, bisbo de Viseu, para denegrir o seu estilo, acusando-o de ser igual ao de tantos outros historiadores da época, constrangidos pelos preceitos da ordem religiosa a que pertenceu. No entender do prelado que Teófilo cita, os cronistas monásticos "quasi nunca são muito habeis, e raramente podem ou se atrevem a saír da esphera que o costume, a authoridade dos superiores, e as ideias na corporação dominantes lhes tem assignado" (Braga 439).

Segundo o ponto de vista de Francisco Alexandre Lobo, não haveria margem para a exploração de novos limites formais dentro de um dado género, assaz codificado por uma tradição inalterada. O pressuposto é errado, pois é através da experimentação que o género literário (ou historiográfico: chamemos-lhe "biografia" por conveniência) adquire novas capacidades miméticas e se aproxima de um realismo que sirva de intermediário cada vez mais eficaz entre, por um lado, os factos e os caracteres e, por outro, o leitor. Além disso, não é simplesmente verdade que Frei Luís de Sousa não tenha experimentado. Fê-lo e com resultados notáveis. Sobre a *Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, "tão inconscientemente admirada" (439), Teófilo recorre de novo ao bispo de Viseu, o qual acusa o biógrafo domínico de falsidade, flagrante na falta de decoro de que enfermam as acções do biografado, o que não deixa de revelar alguma argúcia crítica, como se verá adiante:

> O Arcebispo, que na maior parte dos casos representa um honrado principe da egreja, aqui e alli parece sómente um frade rasteiro; e fôra melhor que o

> oraculo de Trento, o desenganado e intrepido conselheiro do Vaticano ou de Belvedere se não mostrasse comendo as couves grosseiras em tisnada escudella nas choupanas de Barroso. (439-40)

Teófilo desfere por fim um ataque violentíssimo contra a estratégia de dissimulação que Frei Luís de Sousa teria seguido: "Fr. Luís de Sousa serviu-se destas pequenas anedotas do arcebispo para encobrir as manchas da sua individualidade histórica, que aparecem de um modo miserável nos documentos da terrível época da perda da nacionalidade portuguesa" (440). E segue enumerando as contradições de Frei Bartolomeu dos Mártires na crise da sucessão, acusando Frei Luís de Sousa de apenas embelezar, com um estilo ornado e limpo, a matéria preparada por outros cronistas, nomeadamente no caso dos *Anais de D. João III*, escritos a mando de Filipe IV: "como o que se pretendia de Fr. Luís de Sousa era somente o estilo, trataram de poupá-lo a todo o trabalho de investigação" (440).

A crítica mais recente já pôde desmentir Teófilo Braga e mostrar que Frei Luís de Sousa foi um historiador escrupuloso, não apenas por reconhecer, nas várias tarefas que empreendeu, o trabalho dos seus predecessores, aliás, muito fragmentário e rude, como por ter levado muito além do que aqueles haviam feito a consulta e o cotejo de fontes e documentos tantas vezes inéditos. Em todo o caso, ao separar o estilista do historiador, Teófilo acaba por prestar um tributo inadvertido à qualidade ímpar da prosa de Frei Luís de Sousa—como se querer dele somente o estilo (um pressuposto errado, de todos os modos) fosse coisa pouca.

Do estilo de Frei Luís de Sousa fala com veemente entusiasmo Maria de Lourdes Belchior, explicando como difere do padrão mais reconhecível de prosa barroca, e comparando-o favoravelmente ao estilo de Vieira:

> No caso de Frei Luís de Sousa, e particularmente [do autor] da *Vida do Arcebispo*, não se trata de períodos longos, arredondados, de conjuntos frásicos, monotonamente organizados em paralelismos e simetrias, em fracções bimembres ou trimembres, em antíteses, e, rebuscadamente, em processos disseminativos e recolectivos, tão característicos da prosa dita barroca ….

> O que impressiona nos períodos e nos parágrafos da *Vida do Arcebispo* é a concatenação da frase, tão aparentemente natural que parece espontânea …. A fluência do discurso não é interrompida por visíveis propósitos de arte, nem por súbitos arrebatamentos intencionais. Vieira, mesmo quando escreve cartas, encarreira as palavras na frase, segundo um modo oratório. (221)

Enquanto, para a autora, o estilo de Vieira corresponde a uma espécie de modo retórico por defeito, transversal ao género parenético e à epistolografia, a naturalidade e o carácter aparentemente espontâneo da prosa de Frei Luís de Sousa encontram-se entre os atributos que mais a encarecem. De um tal estilo se pode dizer o que Orson Welles disse da câmara de Vittorio De Sica: não se dá por ele, parece desaparecer.

Maria de Lourdes Belchior sugere limites cronológicos para o barroco literário português, declarando que "podem fixar-se, sem rigidez, entre os anos 1580 e 1680", definindo estes cem anos, *grosso modo*, como o período em que a prosa atinge a sua maioridade (112). E logo esclarece que não é apenas nos textos sintaticamente complexos, virtuosisticamente construídos, que encontramos o estilo barroco, fazendo notar as inúmeras possibilidades que se abrem nesta época de intensa experimentação a que a língua portuguesa é submetida:

> É que, se habitualmente etiquetamos de barroca apenas a prosa carregada de antíteses ou simetrias, … parece-me dever abranger-se pela mesma designação a prosa que integra em si a fala quotidiana e o estilo coloquial …, a prosa escorreita e artisticamente simples de Frei Luís de Sousa …. São barrocas obras como a *Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires*—a biografia mais perfeita e acabada, no seu género; os sermões de Vieira—no seu conceptismo e na valorização da palavra como verbo—*logos* e música. (113)

O argumento de Belchior, mais implícito do que explanado, é, no entanto, persuasivo: se se trata de uma novidade em relação à prosa do século XVI, ainda em busca de maleabilidade e capacidades expressivas, a novidade não reside apenas na elaboração calculada e conceptista do período sintático, mas também no carácter assimétrico e inesperado que a "fala quotidiana" e o

"estilo coloquial" potenciam. Os regionalismos, as marcas de oralidade, as formas lexicais populares, os diminutivos, os "sufixos de sabor levemente pejorativo" (Castro xxxvii), já foram amplamente identificados pela crítica moderna. Este é, decerto, um caso em que a etimologia mais difundida do termo "barroco"—a designação portuguesa para a pérola irregular, aberrante—se aplica com mais propriedade, a expensas das posições tradicionais sobre a estética do século XVII. Coloquialidade e tradição vernácula não são, pois, incompatíveis com perfeição e acabamento.

Não quer isto dizer que a obra de Frei Luís de Sousa, e nomeadamente a *Vida do Arcebispo*, não use do conceito. Com efeito, toda a narrativa da *Vida* está estruturada numa oposição essencial entre a pobreza e a humildade extremas pelas quais o frade dominicano regrava a sua vida e as pompas e o fausto inerentes ao cargo de Arcebispo de Braga e Primaz de Espanha. Frei Luís de Sousa deleita-se a relatar os conflitos morais e as tentativas do Arcebispo para se libertar das honras que são devidas à dignidade do cargo que ocupa. Esse paradoxo traduz-se de vários modos num *agon* constante ao longo da biografia: por exemplo, através das "traças" que o Arcebispo põe em prática para passar despercebido e que invariavelmente falham, trazendo para a narrativa uma comicidade discreta que humaniza o retratado e o aproxima dos leitores; ou através das predilecções gastronómicas frugalíssimas de Frei Bartolomeu, por vezes confrontadas com abundâncias opíparas a que não se pode eximir. É todavia condensado de modo esteticamente superior no trocadilho que Frei Luís de Sousa cria a partir dos termos "Braga", a cidade sede do arcebispado, e "braga", a grilheta que metaforicamente denota os deveres pastorais, administrativos e de representação, e que o pobre frade arrasta com pesar, tolhendo-lhe a disponibilidade para o recolhimento e a devoção. Nesse conceito ao mesmo tempo engenhoso e simples, de que não se faz alarde e que, servindo de esqueleto ao texto, o vai pontuando no momento certo e na medida justa, com um sentido infalível da oportunidade e do decoro, se encontram condensadas muitas das qualidades de Frei Luís de Sousa, e não só *qua* escritor.

Talvez que o primeiro apreciador sério do estilo de Frei Luís de Sousa, aquele que, com a agudeza de percepção que lhe era própria, alicerçou uma linhagem de admiradores da prosa perspícua do historiador dominicano, tenha

sido precisamente aquele com quem o temos vindo a contrastar, seguindo os passos de Maria de Lourdes Belchior: o Padre António Vieira. Chamado em 1677—quase meio século depois da morte do autor—a examinar a terceira parte da *História de S. Domingos* e a emitir parecer em nome do rei, Vieira, no seu estilo característico, louva a qualidade excepcional da prosa do seu par na "aprovação" que veio a ser anteposta ao tomo. Depois de ter declarado que a *História de S. Domingos* é mestra da vida, nos exemplos de virtude que expõe, Vieira passa a explicar que:

> … he também mestra da mesma Historia, porque nella se vem juntamente praticadas todas as suas leis: Na verdade da narração, na ordem dos successos, na pontualidade dos tempos, dos lugares, das pessoas, e da noticia, e ponderação dos motivos, e causas de tudo o que se obrou, ou omitio …. O estilo he claro com brevidade, discreto sem affectação, copioso sem redundancia, e tão corrente, facil, e notavel, que enriquecendo a memoria, e affeiçoando a vontade, não cança o entendimento …. Notou o Mestre da Facundia Romana, ser mais facil dizer as cousas sublimes com magestade, que as humildes com decencia. E n'esta parte he admiravel o juizo, discrição, e eloquencia do Autor, porque falando em materias domesticas, e familiares … todas refere com termos tão iguaes, e decentes, que nem nas mais avultadas se remonta, nem nas miudas se abate: dizendo o commum com singularidade, o semelhante sem repetição, o sabido, e vulgar com novidade, e mostrando as cousas (como faz a luz) cada huma como he, e todas com lustre. (14-15)

Vieira encarece, pois, não apenas o mérito de Frei Luís de Sousa como historiador mas também o seu domínio ágil da língua portuguesa, cultivada num estilo adequado, sem excepção, à matéria tratada. Admitindo a dificuldade, notada por Cícero, de se falar com propriedade dos tópicos mais humildes, o pregador áulico assinala a equanimidade estilística de Frei Luís de Sousa, capaz de tratar todos os assuntos, altos ou baixos, com a mesma propriedade. Numa sequência potencialmente monótona de episódios e figuras como são os que compõem a história da ordem de S. Domingos em Portugal (a descrição e

vicissitudes dos vários conventos, as biografias dos frades e das freiras, os seus retratos morais, etc.), Frei Luís de Sousa consegue individualizar o que, na pena de um escritor menos talentoso, seria tipificado e esquemático.

A capacidade de distinguir entre pessoas muito parecidas, regidas pelos mesmos códigos morais e vivendo em comunidade, e de as retratar individualmente é, para o Padre António Vieira, o triunfo desta espécie de democracia estilística, que não esquece ninguém e pinta ricos e pobres como são, à mesma luz e "com lustre." Do mesmo modo que a luz do sol é só uma, iluminando todas as coisas e revelando-as como são, assim o estilo de Frei Luís de Sousa é um só, sem prejuízo de se deter em cada indivíduo a fim de nele exaltar o que tem de singular. Sem surpresa, o Padre António Vieira revela-se um crítico muito mais perspicaz do que D. Francisco Alexandre Lobo, incapaz de descobrir as diferenças (a novidade no que é vulgar e sabido, a singularidade no que é comum, etc.) e reduzindo tudo ao traço esquemático da tradição e do estilo oficial—se tal existe—da regra monástica. O corolário das palavras do Padre António Vieira é que, tocado pelo estilo de Frei Luís de Sousa, cada lugar, cada acção, cada carácter, cada dado adquirido de sabedoria ou de verdade se revela único quando parecia trivial, e discreto quando se julgava indistinto. Além disso, a relação de adequação não se estabelece apenas entre o estilo e o objecto de que se fala, mas também entre o discurso criticado e a agudeza do crítico: Vieira distingue as subtilezas do estilo de Frei Luís de Sousa, que por sua vez diferencia o aparentemente banal. Exemplo supremo dessa capacidade de diferenciar é o uso de coloquialismos e de diminutivos para retratar alguém que, sendo Arcebispo de Braga, mantém a especificidade do seu carácter de frade humilde sob o título normalizador e abstracto do grande prelado.

O debate em torno do estilo de Frei Luís de Sousa e da adequação à matéria tratada ganha, talvez, em ser desviado por um instante dos debates tradicionais informados pela retórica clássica. A conformidade dos vários ingredientes da retórica clássica foi alvo de inúmeras teorizações e seria ocioso recensear aqui o que sobre o assunto disseram as autoridades mais importantes, de Cícero, por exemplo, aos teóricos barrocos. Dá-se no entanto o caso de, em Portugal, a prosa seiscentista de maior relevo, com raras excepções, como o caso de D. Francisco Manuel de Melo, ter sido escrita por eclesiásticos. Esse

factor condiciona, naturalmente, o assunto tratado, por exemplo, nos sermões e na historiografia, também ela, quando oficial, e não de natureza memorialista, escrita por membros do clero. Seria porventura tentador adoptar a posição de D. Francisco Alexandre Lobo e ver as diferenças de estilo entre o Padre António Vieira e Frei Luís de Sousa à luz das ordens a que pertenciam. O primeiro, de exuberância barroca e jogo conceptista intricado, tinha sido treinado na escola de argumentação e retórica dos Jesuítas. O segundo, de estilo despojado, pertencia a uma ordem mendicante, a de S. Domingos. É temerário, no entanto, pretender estabelecer uma relação causal entre a ordem a que um religioso pertence e o estilo em que escreve. Apesar de Balzac, o hábito não faz o escritor. Talvez seja mais produtivo comparar o que pretende cada um deles nas respectivas obras e a correlação do estilo com essas finalidades. Vieira visa persuadir deslumbrando, e faz para isso uso de todos os recursos que a retórica barroca coloca à disposição dos seus imensos dotes oratórios. Frei Luís de Sousa pretende fixar para a posteridade a memória de um homem virtuoso ao extremo, na pobreza em que voluntariamente vivia, na dedicação com que desempenhou um cargo que não queria, na caridade com que confortava os pobres da sua diocese, pregando nos lugares mais recônditos e inacessíveis do Barroso—virtudes muito semelhantes às de um outro biografado de Frei Luís de Sousa, o rei D. João III.

Num ensaio clarividente, Jorge Borges de Macedo defende que a obra de Frei Luís de Sousa surge como resposta a uma época de crise da historiografia portuguesa. Com a perda da independência em 1580 e o fim das interpretações providencialistas do destino de Portugal, e dada a tendência hegemónica e centralizadora do poder filipino, a cultura portuguesa ter-se-ia debatido, segundo o autor, com a questão da origem do poder e da sua administração. O modo espanhol de governar, tentando impor a hegemonia política a partir de um centro inacessível, sempre fora estranho à tradição portuguesa e aos escritores que fizeram doutrina sobre este assunto, como Frei Amador Arrais, "para quem o rei deve 'andar entre os súbditos' …. O rei distante é uma imagem que desgosta e angustia o português" (Macedo 4, n. 7).

A doutrina de Frei Amador Arrais a que Borges de Macedo faz referência está contida, em grande parte, no passo que a seguir se transcreve, um excerto

do Diálogo V, que trata "das condições e partes de um bom príncipe," e que logo no primeiro capítulo se ocupa da clemência que o rei deve ter para com os seus súbditos. No meio de uma série de autoridades históricas e recolhidas no mundo natural, Frei Amador Arrais alegoriza no zangão certas características gerais do rei que transcendem a administração da justiça, tópico central do capítulo:

> Desarmado criou a natureza o Rei das abelhas, e com menores asas; denotando que devia o Rei ser clemente, andar entre seus vassalos, e não voar longe dêles para os montes e soèdades. É relógio, fonte e coração do seu povo; portanto convém, que esté em meio dos seus, que são corpo seu místico; e que se comunique a grandes, e pequenos, e para ouvir a todos tenha tempos, e entradas fáceis …. Desconhece-se de homem, o que não sabe perdoar. A abelha mestra que governando as outras não tem aguilhão com que lastime, semelha o Rei cujo Ceptro deve ter severidade sem rigor, gravidade sem clemência, e suavidade de mel em a governança de seus vassalos, os quais então se lhe rendem de boa vontade, e à competência lhe obedecem, quando dele se vêem governados com brandura e amor. (Arrais 136-39)

Usando o lugar-comum da relação do rei com os seus súbditos como um paralelo da relação entre Cristo e o *corpus mysticum* de que é cabeça, o pequeno excerto estipula a igualdade no tratamento que deve ser dado a todos os súbditos. De modo complementar, a imagem do abelhão e da abelha-mestra permite ao autor enfatizar a noção de proximidade paternal entre o rei e quem por ele é governado. É uma metáfora recorrente, que precede o surgimento, repetidas vezes, de D. João III, "verdadeiro pai de seus vassalos" (Arrais 144), como um dos exemplos ilustres a juntar às autoridades antigas, e cujo comportamento virtuoso deve ser seguido pelos súbditos, um espelho de equidade no tratamento de poderosos e de fracos, de clemência (e de rigor, quando necessário) na administração da justiça, de prudência e de pacifismo em questões de política internacional (Arrais 145, 192, 197).

Frei Amador Arrais exalta ainda a sageza de D. João III ao fomentar o ensino das artes e das ciências na Universidade. Esse encómio está na dependência directa de uma crítica aos tiranos que obscurecem os engenhos para

que não se conheçam melhor os seus desmandos—um tópico muito presente na literatura do século XVI, nomeadamente n'*Os Lusíadas*. Uma crítica desta natureza tem o seu corolário positivo no elogio da historiografia que, quando favorecida por monarcas que nada têm a recear, é veículo de exaltação das virtudes régias, desse modo tornadas modelo a admirar e a imitar pela nação:

> Digníssimo de louvor é E-Rei D. João o Terceiro, cuja morte nem com lágrimas de sangue será nunca assás chorada, o qual vendo que em seus Reinos não havia escolas gerais de tôdas as ciências, por desterrar o barbarismo dêles, criou, e aperfeiçoou a Universidade de Coimbra, e mandou buscar letrados estrangeiros mui doutos, e insignes em tôdas as faculdades …. De maneira que com seu favor começaram as letras, e virtudes a florescer, e foram sempre em crescimento até êstes tempos, e irão com o favor divino por todos os segres. O contrário usam os tiranos que lançam de sôbre seus ombros, e da vista de seus olhos os varões de letras, e autoridade por não terem seus vícios testemunhos de tanto crédito. Guarde-nos Deus de tais Príncipes, e provendo-nos de Rei sábio, justo, e pio, alegremo-nos, e demos-lhe muitas graças, e peçamos-lhe com muita instância, que não se diminua o nosso prazer presente, com o mêdo do futuro que lhe há-de suceder, e da roda da inconstante fortuna, que nenhuma cousa próspera permite durar muito. Deviam os vassalos desejar de morrer em quanto o seu bom Rei vive, porque depois não chorem e se lastimem com a mudança do Reino, e entrada do novo Rei, que muitas vezes não imita o seu predecessor, e mui poucas trás um bom Rei se segue outro equivalente, e mui muitas traz o mau, vem outro pior, e traz o pior, sucede outro péssimo, do que Deus nos guarde por quem êle é. (194-95)

Digno de nota é o rasgo retórico com que Frei Amador Arrais sugere que D. João III é o rei presente (*i.e.* reinante) ao tempo da redacção do diálogo V—e presente também no espaço, para usar o conceito de Borges de Macedo—quando, na verdade, o avô de D. Sebastião morrera em 1557. É porque o elogio de D. João III se faz antes da generalização a respeito dos tiranos que é lícito supor que o "Rei Sábio, justo e pio" descrito em traços gerais continua a ser, na

verdade, um retrato daquele mesmo rei. A formulação de Amador Arrais chega a ser equívoca, ao referir a "mudança do Reino, e entrada do novo Rei", admitindo que se interprete esta expressão como denotando a substituição da dinastia de Aviz (e da tradição do rei presente) por Filipe II de Espanha (e por um modo de governar que pressupõe o rei distante e centralizador). Sob o efeito do golpe retórico que estrutura a passagem, e à luz dos argumentos anteriores, Filipe II, o rei presente (no sentido cronológico), é configurado como um tirano, precisamente porque não está próximo dos seus súbditos e porque, possivelmente, deixa enfraquecer a historiografia em língua portuguesa. Este argumento ganha mais força se nos lembrarmos de um passo célebre do "Prologo ao leytor"—que Fidelino de Figueiredo cita na introdução à sua antologia—em que Frei Amador Arrais explica as razões de escrever em português:

> Não os quis escrever em lingoa Latina, mas em a nossa Portugueza, porque alem desta com sua grave brevidade ser accommodada ao que nelles se trata, minha principal tenção foy aproveitar a todos os nossos que nam tem noticia de lingoas estranhas. E pelo mesmo respeyto quis uzar de estillo commum, & vulgar, que serve pera todo o genero de gente, & deixar muytas cousas que saõ das Escholas, & dos entendimentos nellas exercitados. Todavia procurey eleger materias graves, dar seu lugar às cousas, & poer concerto nas palavras, pera que soando bem aos ouvidos, nam sòmente dissessem com clareza o que se trata, mas tambem com armonia, & modo de dizer fezessem atento ao Leytor; & satisfezessem, nam sò ao gosto dos simples bõs de contentar, mas alapar ao dos Letrados curiosos em o examinar. Impresso tenho na memoria aquelle dito de Marco Tullio, no principio das suas Tusculanas. Querer o homem escrever seus conceytos sem os saber explicar, ordenar, illustrar, & com algũa deleitação mover o Leytor, he de homem, que sem nenhũa temperança usa mal do ocio, & das letras. (Arrais, 1974 xxxv)

É certo que a alternativa, como anunciado no início do excerto, seria o latim—que, aliás, depressa dá lugar, no fim da frase, às "lingoas estranhas"—mas não deixa de ser significativo que o autor se sinta na necessidade de

antepor esta apologia da língua portuguesa à sua obra mais importante. O seu objectivo na escolha de um estilo "commum, & vulgar" é declaradamente ecuménico: quer chegar, não ao maior número de leitores, mas a "todo o género de gente," para o que a simplicidade do estilo, sem marcas de escola, é o veículo adequado. Amador Arrais amplifica este ponto, no que se aproxima da sua própria teorização a respeito das qualidades do bom príncipe. Como a cabeça do "corpo místico", também o doutrinário ecuménico deve reger sabiamente o seu discurso, de modo a que agrade tanto aos simples, que se contentam com pouco, como aos eruditos mais exigentes. O corolário deste raciocínio, com a benção de Cícero, é o elogio da temperança no estilo, agora facilmente assimilável à virtude que deve nortear o rei presente e próximo.

Tal é o fundamento doutrinário que, segundo Borges de Macedo, terá informado a imagem do rei que Frei Luís de Sousa apresenta nos *Anais de D. João III*, cujo manuscrito deixou incompleto e que só viria a ser publicado em 1844 por Alexandre Herculano. O que, todavia, é também importante aqui destacar é a conformidade do estilo ao propósito. Tal como o dos *Diálogos*, o estilo da *História de S. Domingos*, da *Vida do Arcebispo* e dos *Anais* é "commum, & vulgar". Não é de excluir, no uso deste último adjectivo quer por Amador Arrais quer por Vieira, um equívoco deliberado com "língua vernácula", o português, como se viu, mais democrático (para Vieira) e mais ecuménico do que o latim (para Arrais). Vieira, de resto, na mesma "aprovação" da parte III da *História de S. Domingos*, não poupa louvores à integridade da língua portuguesa cultivada por Frei Luís de Sousa:

> A lingoagem, tanto nas palavras, como na frasi, he puramente da lingoa, em que professou escrever, sem mistura ou corrupção de vocabulos estrangeiros: os quaes só mendigão de outras lingoas os que são pobres de cabedaes da nossa, tão rica e bem dotada, como filha primogenita da Latina. Sendo tanto mais de louvar esta pureza no Padre Fr. Luis, quanto a sua lição em diversos idiomas, e as suas largas peregrinações em ambos os mundos o não pudérão apartar das fontes naturaes da lingoa materna: como acontece aos rios, que vem de longe, que sempre tomão a cor, e sabor das terras por onde passão. (15)

Se pensarmos que um dos dois mundos referidos é o novo mundo (não o Brasil mas a América espanhola, onde Manuel de Sousa Coutinho viveu vários anos) e que a geografia da Península Ibérica oferece exemplos suficientes do que, no excerto, é dito de modo genérico sobre o curso dos rios, de novo encontramos uma defesa do que é português face à possível contaminação estrangeira. Frei Luís de Sousa estaria, por assim dizer, mais próximo do Vouga ou do Sado, que do Douro ou do Tejo. Deve-se referir, neste ponto, que, ao afirmar inicialmente que a *História de S. Domingos* é mestra da vida, Vieira apresenta um argumento adicional que pode reforçar esta desejável insularidade da língua, no que tem de especificamente português. Ao explicar que a fé e a monarquia portuguesa cresciam uma com a outra e que, de modo inverso, as perdas dos territórios ultramarinos implicavam o recuo do cristianismo, Vieira permite-se recordar o próprio Frei Luís de Sousa, na dedicatória da primeira parte da *História*. O propósito de Vieira é lembrar aos ministros do Rei que as ordens religiosas tiveram um papel determinante na formação da nacionalidade e no povoamento do território nacional, bem como no alargamento do império ultramarino, fixando-se nos pontos mais distantes com intuitos missionários:

> Aqui verão os Ministros de V. Alteza os grandes progressos, que as bandeiras de Christo igualmente com as armas de Portugal fazião em todo o seculo passado nas conquistas do Oriente: cuja memoria senão póde ler sem dor …. Crescia aquella Monarquia em quanto crescia a Fé: E crescia a Fé em quanto os Ministros d'ella erão assistidos dos que o são dos Reis: E em quanto os mesmos Reis tinhão por tão suas as conquistas da Igreja, como a dilatação do proprio imperio. Por onde disse com muita razão o Autor desta mesma Historia, na Dedicatoria da Primeira Parte, ser tão propria toda dos Reis Portuguezes, que, se lhe tirassem o titulo de S. Domingos, ficaria mais d'elles que d'elle. (Vieira 14)

Frei Luís de Sousa é ainda mais explícito na associação entre o estabelecimento da Ordem em Portugal e o poder do rei, enumerando, na mesma dedicatória, os monarcas que fundaram conventos, e apresentando o argumento

nos termos do qual a história da Ordem é indissociável da história de Portugal e, logo, da administração do poder no reino. Apesar de a dedicatória ser endereçada a Filipe IV de Espanha, e apesar de Frei Luís de Sousa cumprir todos os preceitos da *captatio benevolentiae*, o historiador faz questão de destacar o facto de a sua obra versar sobre os "Reis antigos de Portugal" pouco depois de um elogio rasgado a D. João III e ao que fez pela expansão do Cristianismo e das letras na Universidade e de uma referência a Filipe IV que está "assistindo … no meio de Espanha, como em centro, e cabeça do mundo" (*História de S. Domingos* I, 5):

> Este he pois o intento, esta a confiança d'estes escritos, manifestar ao mundo huma Historia de novo achada (como thezouro escondido) dos Reis antigos de Portugal. Mandou-nos a obediencia averiguar, e pôr em memoria os principios, e meios, com que a Ordem de Nosso Patriarcha S. Domingos se fundou neste Reino. Feita a Historia, achamos, que na sustancia he tão propria dos Reis, e Principes Portugueses, que se lhe tirarmos o titulo de S. Domingos, ficará mais d'elles que d'elle: e se lhe chamarmos Chronica Ecclesiastica dos Reis, ficará sendo toda sua em titulo, e sustancia. (I, 5)

Já vimos que o meio utilizado por Frei Luís de Sousa para satisfazer este propósito, o de dar a conhecer uma realidade local, um "tesouro escondido" em que rei e frades formam uma unidade (por isso é tão precioso, de um ponto de vista político, o que está contido na *História de S. Domingos*), é o estilo simples, despojado, que não chama a atenção para si mesmo. Este estilo não está apenas em conformidade com a doutrina da ordem dominicana, nomeadamente a que Frei Luís de Granada produziu e que teve ampla aceitação em Portugal (v. Rodrigues). É um estilo que, no modo equânime como fala de grandes e de pequenos, deixa entrever que a sua dimensão política está em relação directa com o facto de ter sido cultivado por um homem virtuoso.

Jorge Borges de Macedo argumenta que Frei Luís de Sousa, nos *Anais de D. João III*, terá procurado restituir a relação de proximidade entre o rei e os seus súbditos. Na *Vida de Frei Bartolomeu dos Mártires*, defende, não se procura "criar … uma imagem do rei," mas antes:

> … 'demonstrar' a necessidade (e integral possibilidade) de dar ao exercício do Cristianismo uma dimensão concreta, indispensável e tanto mais válida quanto mais integrada e prática …. O uso doseado dos relatos de minúcia da vida do Arcebispo e as razões exemplares assim confirmadas, é feito com a intenção justificativa de que o concreto é a vivência indispensável de uma religião justa. (Macedo 6)

Atento à metodologia empregue por Frei Luís de Sousa, Borges de Macedo distingue a documentação utilizada para reconstituir o tempo em que viveu o Arcebispo da que tinha por fim "exprimir a figura" (6), num complexo textual que visa construir o exemplo a emular por meio de uma teleologia narrativa precisa.

Não há razão, julgo, para diferenciar excessivamente o propósito dos *Anais* do da *Vida do Arcebispo*. Dados os pressupostos doutrinários de Frei Amador Arrais e o objectivo da recuperação de uma memória da proximidade em tempos de centralismo político, é plausível admitir que Frei Bartolomeu dos Mártires, a maior personagem literária do século XVII português, seja um substituto idealizado do rei que, em 1619, quando a *Vida* foi publicada em Viana do Castelo (cidade profundamente anti-filipina), era estrangeiro e não saía de Madrid. Não há que duvidar dos propósitos religiosos da *Vida*, à luz da moral cristã e, sobretudo, dos ideais de humildade e caridade professados pela Ordem dos Pregadores, mas seria talvez apressado concluir que a *Vida* do Arcebispo é só isso. Afinal, toda a biografia do venerável frade assenta na coexistência paradoxal (e conflituosa), na mesma pessoa, do homem e do cargo que ocupa, a fazer lembrar os dois corpos do rei que Ernst Kantorowicz identificou na tradição política medieval e descreveu de modo superior.

Pela mesma ordem de razões, o estilo de Frei Luís de Sousa, se se considerarem as qualidades que nele Vieira apontou, condensa o paradoxo na sua complexidade discreta e não se distingue do objecto de que fala. António José Saraiva e Óscar Lopes têm razão quando notam que a *Vida do Arcebispo* carece de personagens de fundo que proporcionem contrastes e variedade (460). Uma certa dependência do modelo das hagiografias, pode-se concluir, é reponsável por isso. Todavia, aquilo a que se assiste na *Vida do Arcebispo* é às tentativas

de Frei Luís de Sousa para se libertar gradualmente daquele modelo (à semelhança do seu herói, que se quer ver livre da braga) e para criar uma unidade narrativa apesar da estrutura episódica, aspirando a um retrato o mais completo possível do carácter moral de Frei Bertolameu.

A *Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires* é repartida em seis livros, cada um com cerca de trinta capítulos curtos que encerram episódios mais ou menos delimitados. Estes podem compor um arco narrativo vasto, como é a viagem do Arcebispo a Trento e a sua participação no Concílio, ou são usados para relatar casos singulares e sem sequência cronológica que ilustrem as qualidades morais do biografado ou o seu modo de proceder durante as visitações, etc.

Um sinal da veneração prestada à figura de Frei Bartolomeu dos Mártires é o facto de todo o livro VI se ocupar da aparatosa trasladação dos seus restos mortais da sepultura rasa onde, por sua vontade, fora inumado, no convento de Santa Cruz de Viana do Castelo, para um túmulo sumptuoso na igreja propriamente dita. Mas a trasladação, além de culminar a biografia com um ambiente festivo, é também o apogeu do conceito que estrutura a obra. Aí se descreve com minúcia os vários preparativos da trasladação, a cerimónia em si e as celebrações que, ao longo de dias, a cidade de Viana do Castelo ofereceu à memória do frade-Arcebispo. O feito cabe na categoria da justiça divina: quem quis sempre viver em pobreza é agora recompensado com grande luxo—sem prejuízo de o leitor imaginar o Arcebispo às voltas na tumba, desgostoso com um tal desfecho. Mas a justiça é também poética. No final da biografia, ao descrever a sepultura e anunciando a transcrição do epitáfio latino nela gravado, Frei Luís de Sousa, com elegância característica, não deixa de colocar um lugar-comum ao serviço da excepcionalidade, o da perdurabilidade das letras contra as outras artes, despedindo-se com um discreto elogio de si mesmo enquanto imortalizador da memória de Frei Bartolomeu dos Mártires:

> E se havia quem imprimia na alma o epitáfio, outros se contentavam com esculpir nela a traça e compostura do edifício. Do qual daremos notícia aos que o não viram, com pintura de pena, que, dado que não mostre sombras e matizes como faz o pincel, nesta tinta negra que cobre todas as tintas, sem admitir cor nenhũa, vivem com maior perfeição as pirâmides do Egipto, os

> mausoleus de Caria, os colossos e anfiteatros de Roma, que nos mármores diamantinos de que foram compostos, dos quais hoje não temos mais que a fama. Gastou o tempo e consumiu essas máquinas que na aparência competiam com a eternidade (alardo vão da soberba e poder humano) e o que hoje vemos dela não é mais que ũa ossada e membros podres delidos da antiguidade; e até na mesma Roma, cabeça do mundo, não achamos nada daquela Roma que o assombrava. O que dela e delas achamos e sabemos é benefício da escritura. Com este, pois, sirvamos também o Santo. (808-09)

No modo elegante como se manifesta, a modéstia de Frei Luís de Sousa é tudo menos falsa. Só ao cabo de largas centenas de páginas em que retratou o Arcebispo com minúcia exaustiva, só no momento em que se despede elipticamente dos seus leitores e da personagem que ajudou a criar, se permite Frei Luís de Sousa manifestar a intenção de servir o Santo com a arte da escrita, que descreve de modo genérico, sem sequer a chamar a si. Raras vezes um plural —"sirvamos"—foi tão pouco majestático. É, pois, paradoxal que a declaração desse propósito surja no momento em que o autor nada mais tem a fazer senão descrever, de modo austero, com impecável precisão técnica, a sepultura de Frei Bartolomeu, e transcrever e traduzir o epitáfio latino, num gesto de humildade que patentemente não decorre de afectação, como sugerindo que toda a longa narrativa poderia ser substituída, na sua essência, por aquelas frases incaracterísticas numa língua estranha.

No final de *The Shape of Time*, o historiador da arte George Kubler usa o exemplo do barroco para explicar como a aplicação de um conceito estilístico a uma época histórica gera, muitas vezes, equívocos e dificuldades embaraçosas. Numa explicação alternativa à da pérola irregular, Kubler esclarece que o termo "baroco" era uma mnemónica do quarto modo do segundo silogismo, inventada por Pedro Hispano no século XIII, para uso dos estudantes de lógica (128). Pérola ou mnemónica, a origem do termo parece estar, literalmente ou por metonímia, associada a Portugal. O livro de Kubler tem por finalidade mostrar que o estilo não é uma categoria estática e que pode congregar várias correntes ou modos de conceber, replicar e variar objectos de muitas outras épocas. Esta tese tem a virtude de acomodar modos de escrever aparentemente

insusceptíveis de serem associados sob uma mesma designação, como a prosa de Vieira e a de Frei Luís de Sousa. Talvez se possa redescrever com vantagem a análise de Maria de Lourdes Belchior como kubleriana.

Contra D. Francisco Alexandre Lobo e Teófilo Braga (um crente no progresso da História literária e na sucessão linear das épocas e respectivas categorias estéticas e estilísticas), podemos aproximar a prosa de Frei Luís de Sousa da arquitectura vernácula portuguesa do século XVII, dessa arte que, em Portugal, entre o declínio do comércio das especiarias nos meados do século XVI e a exploração dos diamantes e do ouro do Brasil, se viu reduzida à elementaridade básica dos seus constituintes, a arquitectura chã, tal como magistralmente descrita e estudada pelo próprio Kubler. Com os recursos económicos esgotados (por exemplo, nas guerras contra Espanha), os arquitectos portugueses ou a trabalhar em Portugal desenvolveram um estilo despojado, sem ornamentação, que aliava a tradição local a influências nórdicas e a alguns tratados de arquitectura italianos que chegavam tardiamente à Península Ibérica. Na sua monografia sobre a arquitectura portuguesa chã, depois de se manifestar contra a ideia de que um estilo possa esgotar hegemonicamente as potencialidades artísticas de um período histórico, George Kubler afirma o seguinte, recuperando a sua tese de 1962:

> Opposed to such a territorially exclusive notion of style is the more recent view that no style or class excludes the simultaneous possible presence of many other prior classes. The designer at any place and moment is engaged in choosing his materials from the past, combining and adjusting them according to his own needs and preferences. These, in turn, are continually transformed by his exposure to the unused possibilities of the past. In Portugal during the era under discussion, architects were confronted with choices and decisions that were not limited to the diffusion of Italian examples. North European and Spanish possibilities as well as indigenous and colonial ones were present. The resulting architecture does not easily allow a classification by mere "influence" or by architectural biography alone. (*Portuguese Plain Architecture* 4)

O passo, na consideração que faz das necessidades dos arquitectos (ou seja, da função dos edifícios), das preferências pessoais, da escolha entre várias possibilidades oferecidas pela tradição e da exploração de caminhos imprevistos, adequa-se estranhamente ao que se disse sobre a particularidade do estilo de Frei Luís de Sousa, em parte por comparação com o de Vieira. Deste modo, à luz da teoria da arte de Kubler e do paralelo oferecido pela arquitectura portuguesa seiscentista nos termos propostos por este autor, podemos interrogar-nos se o século XVII português, literariamente considerado, pertenceu, realmente, a alguém.[1]

## Nota

[1] Em jeito de *post-scriptum*, é curioso notar que a igreja de Santa Cruz de Viana do Castelo, fundada por Frei Bartolomeu dos Mártires, fique fora do estudo de Kubler, que a descreve na introdução ao seu livro de 1972 como um exemplo de "tardy Plateresque design" (3), não cabendo assim no grupo de edifícios que "resists and escapes confinement in the usual categories of Mannerist and Baroque classification" (4) Já João Vieira Caldas e Paulo Varela Gomes, na sua breve resenha histórica sobre a arquitectura de Viana do Castelo, referem que a construção da igreja terá sido controlada de perto pelo Arcebispo, conhecedor, porque nele participou, das novas directrizes estéticas do Concílio de Trento, defendendo, em conclusão, e ao arrepio de Kubler, que "a igreja do Convento de S. Domingos de Viana é … o edifício português que mais se constituiu como paradigma das origens do chamado "estilo chão" (61).

## Obras citadas


Arrais, Frei Amador. *Diálogos*. Ed. Fidelino de Figueiredo, Lisboa: Sá da Costa, 1981. Print.

———. *Diálogos*. Ed. M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1974. Print.

Belchior, Maria de Lourdes. *Os homens e os livros: séculos XVI e XVII*. Lisboa: Verbo, 1971. Print.

Braga, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa (recapitulação)*, vol. III, *Os seiscentistas*. 3ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. Print.

Caldas, João Vieira, e Paulo Varela Gomes. *Viana do Castelo*. Lisboa: Presença, 1990. Print.

Castro, Aníbal Pinto de. "Introdução." *Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, por Frei Luís de Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda e Movimento Bartolomeano, 1984. xv-xxxviii. Print.

Kubler, George. *Portuguese Plain Architecture: Between Spices and Diamonds, 1521-1706*. Middletown, CT: Wesleyan UP, 1972. Print.

———. *The Shape of Time: Remarks on the History of Things*, New Haven, CT: Yale UP, 1962. Print.

Macedo, Jorge Borges de. "Frei Luís de Sousa, historiador." *Actas do II encontro sobre história dominicana*, III/3. Porto: n.p., 1987. 1-9. Print.

Rodrigues, Maria Idalina Resina. *Fray Luis de Granada y la literatura de espiritualidad en Portugal (1554-1632)*. Trad. María Victoria Navas. Madrid: Fundación Universitaria Española, Universidad Pontificia de Salamanca, 1988. Print.

Saraiva, António José, e Óscar Lopes. *História da Literatura Portuguesa*. 13ª ed. Porto: Porto Editora, 1985. Print.

Sousa, Frei Luís de. *História de S. Domingos*. 2 vols. Ed. M. Mendes de Almeida. Porto: Lello, 1977. Print.

———. *Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda e Movimento Bartolomeano, 1984. Print.

Vieira, Padre António. "Aprovação do Paço." *História de S. Domingos*, por Frei Luís de Sousa. 2 vols. Ed. M. Mendes de Almeida. Porto: Lello, 1977. 14-15. Print.

**João R. Figueiredo** é professor auxiliar na Universidade de Lisboa, onde ensina Literatura Portuguesa, Literatura Italiana e Teoria da Literatura. Os seus interesses incluem a poesia de Camões, a pintura e a teoria artística do Renascimento e do Barroco, o cinema neo-realista italiano. É o autor de *A autocomplacência da mimese* (sobre Sir Philip Sidney, Camões e Frei Luís de Sousa) e encontra-se a preparar um livro sobre Camões e ensaios sobre Rubens e Guido Reni.